

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____ DE 2010.
(Do Senhor Dep. Prof. Ruy Pauletti)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a respeito da execução do Orçamento da União do exercício de 2009

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno, requero a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

1. Os motivos pelos quais não foi executada a emenda nº 25640001, no valor de R\$ 2.450.000,00 (dois milhões e quatrocentos e cinquenta mil reais), apresentada ao Orçamento da União do exercício de 2009 no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em benefício dos municípios de:

1. Água Santa 024663/2009
2. Alto Feliz 004881/2009
3. Arvorezinha 051339/2009
4. Antônio Prado 062765/2009
5. Barão do Cotegipe 045847/2009
6. Barros Casal 037188/2009
7. Capivari do Sul 076675/2009
8. Cristal 048174/2009
9. Dom Feliciano 037399/2009
10. Giruá 029426/2009
11. Gramado dos Loureiros 060290/2009
12. Guabiju 051966/2009
13. Erval Grande 020957/2009
14. Humaitá 28893/2009
15. Itatiba do Sul 030940/2009
16. Mostardas 026744/2009
17. Picada Café 035941/2009
18. Santo Antônio do Planalto 037081/2009
19. Santa Vitória do Palmar 085815/2009
20. São José do Hortêncio 026998/2009
21. São Sebastião do Caí 030853/2009
22. Sede Nova 065853/2009
23. Três Arroios 066695/2009.

Todos no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista que os municípios cumpriram, dentro do prazo, a exigência de apresentação das propostas, devidamente aprovadas

pelos técnicos que as analisaram, conforme consta do Portal de Convênios do Governo Federal – SICONV.

2. Com base no limite de empenho e pagamento estabelecido no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2009, qual o critério adotado para a liberação das emendas?

3. Listagem de emendas parlamentares empenhadas no exercício de 2009.

JUSTIFICAÇÃO

A informação que ora requeremos é de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

.

Sala das Sessões, em de abril de 2010.

Deputado Professor Ruy Pauletti